

A ELETRICIDADE NO DISCURSO DO ÍNDIO: OBSERVAÇÕES DE UMA ASSEMBLEIA DO CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

Antonio Wéliton Simão de Melo¹

RESUMO

Apresentamos neste ensaio algumas observações da 40ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima com ênfase a plenária que discutiu Direito Indígena e outros assuntos correlatos, entre eles o aproveitamento hídrico em terra indígena através de Micro Central Hidrelétrica. Apresentamos esta abordagem dentro de uma *análise situacional* do evento, considerando especificamente a referida plenária. Tomamos as falas das lideranças que problematizaram em torno da proposta de um empreendimento, enquanto que o propósito era uma ideia diferente dos discursos apresentados. Desta percepção, destacamos possíveis situações que direcionaram inconscientemente à defesa e preservação de um ambiente considerado sagrado pela etnia Macuxi, ameaçado pela ideia de construção de outra hidrelétrica de médio/grande porte na região. Uma preocupação que revela a unidade do povo e a cautela nas decisões. Uma riqueza de ideias sobre o uso da eletricidade e um discurso de desenvolvimento entrelaçado a cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleia, Indígenas, Eletricidade, Hidrelétrica.

ABSTRACT

We present in this essay some observations about the 40th General Assembly of Indigenous Peoples of Roraima emphasizing the plenary that discussed Indigenous Law and other related matters, including the utilization of water resources of the indigenous land by Micro Hydro-power. We present this approach within a situational analysis of the event, specifically considering the said plenary. We take the speeches of leaders that problematized around the proposal of an enterprise, while the purpose was a different idea of the speeches presented. From this perception, we highlighted possible situations that unconsciously directed to the defense and preservation of an environment considered sacred by ethnic Macuxi, that is been threatened by the idea of the construction of another hydro-power medium/large size in the region. A concern that reveals the unity of the people and caution in making decisions. A wealth of ideas about the utilization of electricity and development of a speech interlaced on culture.

KEYWORDS: Assembly, Indigenous, Electricity, Hydro-power.

¹ Mestrando pelo Programa de pós-graduação em Antropologia da MINTER - UFPE/UFRR, 2012.

1 INTRODUÇÃO

Durante a 40ª Assembleia Geral dos Povos indígenas de Roraima, promovida pelo Conselho Indígena – CIR, que celebrava seus 40 anos de criação, na comunidade do Barro, no município de Pacaraima, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, fez parte da programação a mesa redonda, “Direitos dos Povos Indígenas: Projetos de Lei no Congresso, Mineração, Estatuto dos Povos Indígenas, Hidrelétrica do Rio Cotingo e Mini-Hidrelétrica da Cachoeira da Andorinha”. O último item da mesa era o que me interessava, pois, foi uma ideia que nasceu em discussões na coordenação estadual do Programa Luz Para Todos – PLPT, adotada pela Secretaria Estadual do Índio – SEI e, posteriormente transferido para a Companhia Energética de Roraima – CERR.

O evento transcorreu nos dias 11 a 15 do mês de março de 2011, e estive ali no último dia representando a CERR. Cheguei por volta das dez horas da manhã, fui apresentado à plenária e aguardei o decorrer do processo. Fiquei como expectador da reunião, pois a discussão sobre o projeto já havia elevado os ânimos em outras ocasiões, considerei ser mais prudente não tomar partido e deixar os principais atores, possíveis beneficiários, do projeto, discutirem e buscarem o consenso. Afinal, tinha certeza que nada poderia ser feito se os próprios indígenas decidissem em coletivo por um fim aquela ideia.

De fato, a concepção inicial do projeto se dera na perspectiva de implantar o Plano de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Programa Luz para Todos – PLPT, instituído pela Portaria do MME nº 60, de 12 de fevereiro de 2009, nos municípios de Uiramutã e Pacaraima. Corroborou para esta iniciativa os diversos documentos encaminhados à CERR pelas comunidades indígenas, solicitando a implantação de energia elétrica.

Mas, o processo de negociações desde a concepção da ideia até a elaboração do anteprojeto houve implicações e um desfecho de entendimento complexo e desfavorável para o poder estatal. Esta ideia, mesmo tendo iniciada com a ciência das organizações indígenas, foi encabeçada por uma organização mais próxima às ações do Estado. Ao mesmo tempo, esta é uma das dissidentes do CIR e opositora das iniciativas uma da outra, algo que se impôs como entrave desta e de outras iniciativas.

Neste ensaio procuro analisar os fatos ocorridos na plenária citada buscando entender, ou pelo menos descrever, a conjuntura da Assembleia naquele momento. Enfatizando os discursos das lideranças e assim, filtrar os fatores de peso das discussões.

2 UM POUCO DA HISTÓRIA DAS ASSEMBLEIAS

Anualmente o CIR, entidade civil organizada dos povos indígenas de Roraima que congrega a maioria das organizações indígenas do estado, realiza a Assembleia Geral dos Povos Indígenas. É um evento poliétnico, onde se debate os principais temas que estão em andamento nas comunidades indígenas do estado.

Esta entidade possui uma longa e reconhecida história de luta pelos direitos dos povos indígenas, que remota à década de 1970. Conforme fala da principal liderança da comunidade Maturuca e um dos fundadores do CIR, a primeira Assembleia Geral de tuxauas ocorreu em 1971 na Missão Surumú², informação confirmada por Athias (2002). Este autor relata a organização das Assembleias Gerais de Tuxauas, articuladas em parceria das missões católicas, sendo posteriormente apoiadas pela The Oxford Committee for Famine Relief – OXFAM, organização não governamental que financiou diversos projetos no Brasil.

Repetto (2008, p. 126-127) acrescenta esta informação ao destacar a criação inicial do Conselho Indígena do Território Federal de Roraima - CINTER que foi à gênese do CIR. Congregava as lideranças das regiões da comunidade da Raposa e Serras, posteriormente se estendeu às outras regiões. Hoje o CIR é reconhecido como a maior organização indígena de Roraima e uma das mais antigas no Brasil, e suas primeiras Assembleias datam do mesmo período das primeiras Assembleias Nacionais de Povos Indígenas.

Nos últimos anos, o CIR se destacou pela luta em prol da demarcação de forma contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esta reivindicação iniciada na década de 1970 teve a primeira vitória com a identificação da terra em 1993 pela FUNAI e demarcação pelo Ministério da Justiça, através da Portaria nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. Por fim, homologada através do Decreto nº 73 de 18 de abril de 2005³. Desta luta restaram muitas “cicatrices e feridas”

2 Relatório da Quadragésima Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

3 Ver REPETTO 2008.

que foram abertas no decorrer da reivindicação dos seus direitos. Foram mais de trinta anos para uma definição do território. Algo efetivado no ano de 2009 com o processo de desintrusão da área.

No exame da importância das Assembleias, Athias (2002, p. 62) ressalta que atuam como instância máxima de deliberações desta organização e das organizações a ela filiadas. E acrescenta:

Seu impacto tanto na mídia quanto entre os próprios indígenas foi muito grande. A opinião pública nacional começou a perceber mais fortemente a presença dos povos indígenas no Brasil. Essas Assembleias tornaram-se fóruns importantes para a socialização dos principais problemas que enfrentavam, além de representar um espaço de troca de informações, sendo o propulsor para a criação (ou efetivação) de uma organização de atuação tanto local quanto regional e nacional (op. cit., p. 61).

Como parte do processo, o CIR sempre congregou em sua maioria lideranças Macuxi. Isso porque desde sua criação o CIR esteve sempre sob comando de lideranças Macuxi, e ainda que outras etnias fizessem parte do processo, a etnia Macuxi tem predominado no alto escalão com a coordenação da organização.

Especificamente na 40ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, esteve em pauta assuntos que, naturalmente, dividem opiniões, tanto na sociedade envolvente como entre a população indígena, o que não seria diferente. Neste sentido vale notar o que foi bem tratado por Repetto (2008, p. 127), que o CIR já passou por várias rupturas em seu interior. E seus dissidentes criaram outras organizações e, atualmente, lhe fazem oposição.

Na ocasião desta assembleia, logo na abertura do evento, na tarde do dia 11, foi homologado o resultado da eleição da coordenação que se deu nas diversas comunidades vinculadas ao CIR. Teve como resultado a eleição de uma liderança Wapichana sem afinidade de parentesco com os gestores antecedentes, Mário Nicácio da Silva, oriundo da região da Serra da Lua, região distinta da que tradicionalmente ocupava a coordenação do Conselho.

Considerando os fatos que marcaram o início do evento, o que me interessa para análise foi o ocorrido no último dia da reunião, especificamente a segunda plenária, com o título: "*Direitos dos Povos Indígenas: Projetos de Lei no Congresso, Mineração, Estatuto dos Povos Indígenas, Hidrelétrica do Rio Cotingo e Mini-Hidrelétrica da Cachoeira da Andorinha*". O último item era o que mais me interessava, este foi o predominante no debate.

A plenária estava prevista para iniciar a partir das dez horas da manhã. No entanto, por razões da plenária anterior ter tratado de educação, as discussões se prolongaram, permitindo que a segunda plenária só iniciasse já por volta das dezessete horas. A mesa foi composta pelo Coordenador Regional da FUNAI, Gonçalo Teixeira, pelo representante do Ministério Público Federal – MPF, antropólogo Leonardo Leocádio, pelo representante do Conselho Indígena Missionário – CIMI, Aroldo; o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami – HAY, Anselmo Yanomami; e o biólogo Ciro Campos representando o Instituto Sócio Ambiental – ISA⁴.

Segundo o Relatório da Assembleia estiveram presentes quase um mil pessoas, a grande maioria membros das organizações indígenas vinculadas ao CIR e COIAB. Representando 164 comunidades, das etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang, Saporá, Yanomami e Patamona.

Os expectadores da Assembleia se dividiam em residentes da comunidade e visitantes, que de alguma forma possuem alguma relação com a temática indígena entre eles: lideranças religiosas, representantes de ONGs, professores universitários, professores estaduais e municipais que trabalham em comunidades indígenas, além de grande número de alunos, tanto das escolas primárias e principalmente acadêmicos dos cursos superiores específicos para indígenas oferecidos pela UFRR - Licenciatura Intercultural Indígena e Gestão Territorial Indígena. Fizeram parte também funcionários da união, do estado, de municípios e de empresas públicas que desenvolvem atividades na área.

O primeiro a fazer uso da palavra, foi o representante do MPF, destacou que é competência do MPF acompanhar as discussões de empreendimento em terra indígenas e que especificamente as MCH's estava acompanhando de perto. Afirmou que das implicações sobre a continuidade do projeto era que se tratava de aproveitamento de recursos hídricos, e o artigo 231 da Constituição Federal

4 Estava previsto a participação de algum representante do governo de Roraima, algo que não aconteceu. Quanto a CERR não foi convocada para compor a mesa, contribuindo para nossa condição de expectadores.

restringe o aproveitamento hídrico à autorização do Congresso Nacional, lei específica e anuência das comunidades envolvidas.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (CF, 1988, Art. 231, inciso 3º).

Pontuou que as ações já desenvolvidas pela CERR e o governo do Estado poderiam se tornar passíveis de contestação na justiça. Além do mais, não havia o consenso das comunidades. Sugeriu ser preferível que houvesse um diálogo maior e mais estudos para daí uma ideia de implantação.

O segundo a discursar foi o Coordenador Regional da FUNAI, após relatar sobre direitos indígenas e o papel da FUNAI, discorreu sobre a demanda por energia levantada pelas comunidades. Quanto as discussões sobre as MCH's, afirmou que verificou o projeto e percebeu ter um impacto pouco significativo, reforçando que para a continuidade das discussões seria necessário consenso das comunidades de toda a Terra Indígena, e que isso se daria através de consultas em toda a área. Destacou que é consensual do órgão ser contra grandes empreendimentos e que no caso do outro discurso sobre a construção da hidrelétrica do rio Cotingo o órgão discorda. Citou as hidrelétricas com estudos em andamento Bem-querer, no rio Branco, e Paredão no rio Mucajá. Comentou a luta pela conclusão e aprovação do Estatuto do Índio, visto que o vigente é de 1973 e que desde 1990 há um projeto do novo estatuto que nunca entrou em pauta no Congresso Nacional.

Na terceira fala o representante da HAY, manifestou sua negativa aos projetos de mineração e hidrelétrica em terras indígenas, lembrando a luta, ainda vigente, do seu povo contra a garimpagem em seu território.

Ciro Campos, do ISA, apresentou o potencial eólico da região como alternativa energética. Comentou a proposta de um projeto piloto na comunidade do Araçá e afirmou que o ISA estava em busca de parceria e financiamentos para possível investimento neste projeto. Disse considerar que um projeto de geração de energia deva atender toda a Terra Indígena, e que no caso de aproveitamento hídrico implica a questão da legalidade. Afirmou que projetos eólicos também possuem impactos ambientais desde ruídos, alteração da paisagem e rota de pássaros, etc. Em todo o caso afirmou ser uma alternativa a ser estudada, lembrou que no caso das eólicas e eventuais solares, há a necessidade de terem um sistema paralelo, a fim de complementar um ao outro. Considera negativo o custo destas tecnologias pois mesmo havendo uma redução nos últimos anos ainda são bastante elevados.

O representante do CIMI, destacou o histórico da instituição e o apoio incondicional que o CIMI presta às iniciativas e decisões dos indígenas.

Na continuidade, foi aberta a discussão em que os participantes expuseram seus posicionamentos, gerando um grande debate em torno da questão da eletricidade. Cito algumas falas que se destacaram pela coerência do contexto e a polêmica do assunto⁵:

... não são discussões, são nossas reivindicações (Tuxaua da comunidade Mangueira no Amajari ao comentar as solicitações das comunidades apresentadas às autoridades).

... chegou os fazendeiros dizendo que era coisa boa; chegou garimpeiro dizendo o mesmo; agora dizem que energia é coisa boa! Como vamos acreditar? (...) foi apresentado os estudantes da UFRR, mas não vimos nenhum deles como estudante de direito ou engenheiro etc. para cuidar das cachoeiras. (...) eu não preciso de hidrelétrica para ter energia, tem energia na minha comunidade, tenho minha água gelada, conservo meus alimentos e não preciso de hidrelétrica (liderança da comunidade Maturuca, ao contestar a ideia de hidrelétrica).

... ganhamos a terra mais precisamos de energia para atender a educação, saúde, etc. (...) não é uma comunidade que deve decidir o que os outros querem ou

5 Não citamos os nomes dos falantes apenas a função social que exercem na comunidade por não termos pedido autorização dos mesmos.

precisam. (...) eu não sei se está trazendo prejuízo para as comunidades, mas na minha, é um bem (tuxaua da comunidade Napoleão, em apoio à ideia de energia).

... a energia hoje é utilizada nas comunidades não como luxo, mas sim como necessidade. Na região da Raposa estamos dispostos a discutir o modelo de energia elétrica que as comunidades querem (liderança da comunidade Raposa, em apoio a continuidade dos estudos sobre energia).

... a Raposa são quatro regiões e o que é bom em uma nem sempre é bom em outra, (...) vocês querem hidroelétrica ou a terra livre? É triste um prefeito dizer que vai querer água gelada e computador. Fazemos na caneta mesmo. É preciso prestar atenção as consequências da hidroelétrica. Para mim isso não é avanço é invasão (liderança da comunidade Willimon ao contestar a ideia de energia).

... já estamos sofrendo as consequências da falta de energia, por que os alunos não podem estudar a noite e nem usar os computadores nos estudos (liderança da comunidade Xumina).

...Quando se pensa em hidroelétrica dentro das terras indígenas é o pensamento de roubar as terras indígenas. (...) aceitar hidrelétrica de qualquer jeito é colocar de volta os invasores (liderança/coordenador da região do Amajari, ao contestar a ideia de energia).

... eu posso possuir tudo que o não índio possui sem deixar de ser índio (Tuxaua da Comunidade Alto Arraia, em apoio a ideia de energia).

... em minha comunidade tem energia 24h, mas o problema em Raimundão é as festas todo final de semana que tem trazido problemas de alcoolismo, violência e prostituição. Estão de parabéns as comunidades sem energia e mais distantes (liderança da comunidade Raimundão, ao contestar a ideia de energia).

Ao observar as falas apresentadas reporto-me a elas como parte de um debate rico em opiniões, que me surpreende com as mais diversas ideias quanto à concepção da eletricidade.

3 UMA LEITURA DA 40ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS

A fim de analisar o evento da 40ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima 2011, busco apresentar uma abordagem utilizando-me da interpretação do problema segundo a teoria da análise situacional de Gluckman (1987). Esse autor apresenta uma discussão em torno de uma realidade específica, buscando atingir uma generalidade do contexto em torno do problema, a partir da análise do evento de inauguração de uma ponte da África do Sul entre o povo Zulu no ano de 1938. Por este evento, discorre sobre uma infinidade de relações de poder, dominação, resistência, concordância e discordância entre nativos negros e europeus brancos ao norte da chamada área Zululândia, na África do Sul. O autor utiliza da possibilidade de uma análise dualística das relações, apresentando uma realidade diversa do ambiente, onde diferentes atores agem em uma mesma realidade confluindo em uma sinergia de trocas e interesses numa negociação constante e resistência contínua.

Gluckman argumenta que um evento é uma situação em que definições e acordos são modelados dentro do diálogo e novas interpretações são erguidas ao mesmo tempo em que decisões são contestadas.

Assim, as influências de valores e grupos diferentes produzem fortes conflitos na personalidade do indivíduo zulu e na estrutura social da Zululândia. Estes conflitos fazem parte da estrutura social, cujo equilíbrio atual está marcado por aquilo que costumamos normalmente chamar de desajustamentos. Os

próprios conflitos, contradições e diferenças entre e dentre grupos zulus e brancos, além dos fatores que ultrapassam estas diferenças, constituem a estrutura da comunidade zulu-branca da Zululândia.” São exatamente estes conflitos imanentes no interior da estrutura da Zululândia que irão desencadear seu futuro desenvolvimento (GLUCKMAM, 1987, p. 261).

Nesta análise da Zululândia, o autor destaca a seguinte concepção sobre cultura;

Temos que abstrair das descrições das culturas de sociedades particulares as relações invariáveis entre partes da cultura e os processos invariáveis, através dos quais a cultura funciona; e que podem ser denominados de *relações sociológicas*. Estas concepções são abstratas e nunca ocorrem, na realidade, numa forma pura, pois (...) muitas relações – inclusive as sociológicas - e muitos eventos - inclusive os sociológicos - operam para produzir os fatos que percebemos. Podemos dizer então que, em qualquer sistema social, cultura é a forma particular sob a qual aparece uma variedade de relações sociológicas. Algumas das quais são comuns a sistemas com culturas marcadamente diferentes (op. cit., p. 310-311 (grifo do autor).

Percebi o evento da assembleia como um lugar onde o conflito de interesses e a busca de consenso pareciam improváveis. De um lado, o grupo que, de modo geral, motivados pela história de luta - além das “feridas expostas ainda em processo de cura” -, apresentava sua opinião em concordância com a prudência de aguardar que o tempo traga um amadurecimento da ideia de implantação da eletricidade nas comunidades. De outro, um grupo de lideranças, embora em minoria relativa na assembleia, que defendiam a emergência do “desenvolvimento”, “crescimento”, “modernização” e “melhoria” na educação e saúde⁶.

Neste contexto, observei que as manifestações espontâneas da opinião durante a assembleia e o conflito das ideias teve por finalidade o fortalecimento das relações e criação de um ambiente próprio para as decisões mais rebuscadas. Desta forma, a abordagem de Gluckmam, ao enfatizar que um evento quando analisado numa perspectiva sociológica deve considerar “... conveniente tratá-lo como uma situação social. (...) é o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como também de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões” (op. cit., p. 238).

As ideias gluckmiana podem também ser adotadas paralelamente ao que ousou denominar de “pseudo” desenvolvimento. Um sonho de desenvolvimento que fundamenta a justificativa dos diversos discursos sobre a ampliação da capacidade de geração de energia, e defende o uso das diversas formas disponíveis, tanto o uso de combustíveis fósseis, o aproveitamento hídrico, solar e eólico. Em todos eles há o que arguir sobre seu real aporte para o desenvolvimento e, sobretudo: o que é esta ideia de desenvolvimento? E, como este conceito interage com os costumes das sociedades indígenas?

Outro fator que se torna um dos dilemas destas discussões é a emergência dos projetos. Neste sentido, ressalto que sempre que se busca estes diálogos, levanta-se perguntas tipo: quando será possível? Quanto custará? Qual o mais rápido para implantar? E, por último: qual o mais viável? Desta forma, quando as discussões vão chegar à viabilidade já exauriu-se a capacidade de interação.

Diante da dualidade indefinida desta possível contradição quanto à possibilidade da implantação da eletricidade em comunidades indígenas, há o que questionar sobre: até onde usufruir da disponibilidade de eletricidade em sua habitação configura-se como um bem estar social e familiar? Ou, será apenas uma concepção simbólica de avanço e modernidade?

Por outro lado, como mensurar os impactos sociais e culturais negativos e/ou positivos que tende a ser absorvido por estas comunidades? Que fatores de sustentabilidade têm sido implementados com o uso de eletricidade e qual o grau de satisfação proporcionado por estes? Estas e outras questões são as entrelinhas que não é possível expor numa reunião deste porte. Além, claro, quando parte dos próprios indígenas.

Neste contexto, para Ribeiro (1992), desenvolvimento sustentado é visto como “noção,

6 Coloco aspas nestes termos por considerar que são carregados de significados capitalistas que em pouco podem mudar de modo positivo a realidade das comunidades.

ideologia, utopia e sistema ideacional”, que se funde à visão de progresso. E segue:

... desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que poderia tanto dar sentido às posições desiguais internamente ao sistema (...) quanto prover uma explicação através da qual os povos situados em níveis mais baixos poderiam “entender” suas posições e acreditar que existia uma saída para a situação de atraso (...) a terminologia de desenvolvimento comumente envolvia o uso de metáforas que se referem a espaço ou ordem de maneira hierárquica: desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/ Terceiro Mundo, etc. Esta hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-Nações que lideram a “corrida” para um futuro melhor (RIBEIRO, 1992, p. 9).

Segundo o mesmo autor, a sustentabilidade desenvolvimentista estaria impregnada das mais diversas ideologias de contenção do exagero na exploração dos recursos naturais. Por outro lado, o Ambientalismo estaria na condição extremista de oposição ao desenvolvimento, comprometendo até mesmo a noção de soberania nacional por não possuir bandeira de nação, mas de objeto.

Não quero entrar no mérito do ambientalismo aflorado da Assembleia. No entanto, o presente debate se entrelaça em torno dos conceitos de cultura, ambiente e sustentabilidade. Estes três conceitos estão atrelados ao de etnodesenvolvimento, o que Oliveira (2002, p. 9.), comparando um estudo entre os Guarani, destaca a confluência “do desenvolvimento comunitário e a mobilização política como descrição densa e penetrante do universo cultural...”. Em outras palavras: definidas pela própria cultura.

Para Batalha o conceito de etnodesenvolvimento:

... é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando sua experiência históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (BATALLA apud VERDUM 2002, p.88).

Desta forma, as discussões da assembleia apresentam uma concepção do etnodesenvolvimento concordante à argumentação de Oliveira e Batalla. Enquanto o arranjo do processo, ao ser analisado segundo a percepção situacional de Gluckmam, conduz ao seu entendimento que: “Todas as culturas tendem a sobreviver. Isto é, cada uma tende a continuar sendo praticado, apesar de assumir formas novas e desenvolver valores sociais novos para estar de acordo com o novo sistema do qual faz parte” (GLUCKMAM, 1987, p.321).

3.1 AS “CONTRA-VERSÕES”

No todo deste problema, merece avultar que as discussões da assembleia tiveram seu enfoque direcionado para um “fantasma” do movimento indígena de Roraima, sobretudo da região das serras. Trata-se do discurso político, de construção de uma hidrelétrica na cachoeira do Tamanduá no rio Cotingo, município de Uiramutã. Quanto a esta iniciativa, considero mais uma miragem do sonho de desenvolvimento de Roraima.

Pensada para um empreendimento de médio/grande porte, o local apostado propicia o aproveitamento hidrelétrico, com alagamento relativamente pequeno à capacidade de geração. Conforme Repetto (2005), esta ideia esteve em debate em outras ocasiões e mobilizou vários setores da sociedade. De um lado, o setor produtivo ladeado pela classe política dominante do estado a favor da obra, cuja justificativa está na carência energética como entrave para o “crescimento econômico” regional. Do outro as instituições ambientais, organizações indígenas e simpatizantes destas questões protestaram contra o empreendimento. Na encruzilhada, algumas organizações indígenas vinculadas à classe política dominante, ou dependente desta, se manifestavam a favor do referido projeto⁷.

7 Ver Repetto, 2005.

Propositalmente, no ano de 1993, houve uma iniciativa na tentativa de implantar o canteiro de obra para início da construção, o CIR, através de uma parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e o apoio do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, realizou uma oficina e elaborou uma cartilha em que apresenta um panorama geral da situação da geração e as perspectivas energéticas de Roraima naquele momento.⁸ Neste documento, foi apontado como possíveis soluções energéticas para Roraima, a manutenção de usinas termelétricas ou a compra de energia da Venezuela. A segunda opção foi adotada.

Retornando aos discursos sobre a cachoeira do Tamanduá, destacamos a defesa da preservação da cultura indígena que, segundo algumas lideranças, o pretensão lago a ser criado o represamento da cachoeira, prevêem a mudança no curso do rio ao ser construído um túnel para condução da água às turbinas. Assim, da atual cachoeira até o retorno da água que passará pela turbina ao leito natural, ficará com a vazão comprometida. Além disso, esse empreendimento trará impacto cultural enorme e irreversível, pois, além das comunidades no percurso onde deverá ser alagado⁹, a própria cachoeira do Tamanduá perderá parte de seu significado, já que é um dos principais lugares de reprodução mitológica, “espaço de formação xamânica”, lugar de habitação de espíritos ancestrais para o povo Macuxi, etc¹⁰.

A condução das falas na assembleia direcionou-se ao anteprojeto de uma MCH na cachoeira da Andorinha como um empreendimento do porte ao proposto para a cachoeira do Tamanduá. Quando a proposta exibida em outras reuniões foi de uma Mini Central Hidrelétrica - MCH com capacidade de geração de 960 KV, aproveitando a queda natural de 27 metros de uma cachoeira. Nesta proposta estava previsto não haver represamento da água, através de um sistema conhecido por “geração a fio d’água”, com o uso de três turbinas de baixa pressão, e capacidade de funcionamento pleno, usando a quantidade total de 4,5 m³/seg.

Previa atender a quase 45 comunidades, a maioria sem eletricidade, e as já que usufruem de energia são de modo limitado a uma média de seis horas diária, caracterizando o energização apelidada de “vaga-lume” por atender apenas parte da noite. A proposta previa o atendimento contínuo e uma demanda disponível de 648 KW/h mensal para cada residência prevendo a possibilidade de crescimento por um período de aproximadamente 20 anos¹¹.

Diante da discussão, levanto alguns pontos, classificando em grupos os discursos ao considerar o contexto de suas realidades comunitárias. Observamos que algumas falas apresentavam discordância. Por exemplo: de um lado, uma comunidade que já possui a disponibilidade de energia elétrica defender que as que não têm não devam buscar; mas, não cogita a possibilidade de abrir mão desse bem. Outra que usufrui de energia contínua 24 horas, parabeniza as que não têm e as que estão mais distantes; e mesmo relatando problemas sociais advindos após a disponibilidade contínua de energia elétrica, defende a continuidade e que cada residência tenha sua fatura independente.

Por outro lado, há outro que busca a melhoria na educação, saúde, além de inclusão digital. Enquanto outro defende que escrever com caneta ainda é o melhor caminho e que a energia não deve ser implantada de forma alguma nas comunidades indígenas.

4 CONSIDERAÇÕES

Não foi meu propósito aqui defender a iniciativa do governo quanto aos projetos das MCH's. Mas sim, tentar analisar como se sucedeu as ações e como culminou em rejeição da referida proposta por parte das lideranças indígenas presentes na assembleia. Enfatizamos, no entanto, que o próprio Estado realizou ações no correr do processo sem as devidas observâncias ao rito organizacional e processual cultural das comunidades e organizações. Embora não seja possível ter uma afirmativa quanto a verdadeira intenção, já que se trata de ações políticas, aparentava a intenção de propor medidas e condições de sustentabilidade. Como também a possibilidade de inclusão social dos grupos indígenas através do acesso a eletricidade e suas possibilidades.

8 CIR & Comissão Pró-Índio, 1993, p. 54.

9 Op. cit.

10 Exposição oral da liderança Júlio Macuxi da comunidade Maturuca, no Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima, realizado pelo ISA, no auditório da UFRR, em 9 de novembro de 2011.

11 Perspectiva de atendimento calculado pela população atual e o crescimento registrado nos censos dos anos 2000 e 2010 segundo Relatório Técnico-didático sobre levantamento de potencial hidráulico capaz de gerar energia elétrica nas TT's São Marcos e Raposa Serra do Sol. Documento Interno. SEI, 2009.

Estas medidas são consideradas como pilares do atendimento aos quesitos da sustentabilidade de comunidades indígenas. Embora as iniciativas de eletrificação de comunidades indígenas visem eliminar as diferenças sócio-econômicas, em Roraima a iniciativa por parte do Estado teve resultado diverso ao esperado por terem partido com articulações políticas divergentes ao roteiro cultural tradicional destes povos.

Por outro lado, probabilidades negativas de caráter atemorizantes como a ideia da construção da hidrelétrica na cachoeira do Tamanduá no rio Cotingo. São capazes de gerar uma perspectiva fora do comum pelos conhecedores dos conhecimentos vitais para a cultura Macuxi. Estas opiniões podem parecer preconceitos e precipitações por parte dos povos indígenas, mas são colunas que sustentam a continuidade da cosmologia deste povo.

Percebi que mesmo a plenária tendo seu objeto mais amplo, (Por exemplo, o direito e Estatuto do Índio em debate), o direito à continuidade da existência de um ambiente sagrado se manifestou com uma importância acima dos debates subjacentes. Desta forma, o sub-tema energia se desfaz e se torna apenas parte dos discursos, sendo a essência do debate a vulnerabilidade cosmológica do grupo.

De outro ângulo torna-se inconcebível a lógica apresentada na conclusão do debate. Pode até parecer extravagante que os assuntos como a garimpagem e direitos, por exemplo, tenham ficado num plano subjacente. Por outro lado, a complexidade da legalidade do processo se entrava no próprio texto constitucional.

Verificamos que a junção de temas de entendimentos tão complicados e generalizados numa mesma terminologia - “aproveitamento” - e inseridos em um mesmo ponto do instrumento legal torna o debate abrangente e a regulamentação acaba por impor o direcionamento ao um aguardo sem prazo para solução por parte do processo político do Congresso Nacional.

Desta forma, a essência do procedimento da assembleia pode ser percebida como a plenitude do controle social dos povos indígenas de Roraima, desenvolvido através de debates e decisões coletivas. Onde a participação de aproximadamente 960 lideranças, segundo o relatório da mesma, isto implicava um pleno alvedrio de suas decisões.

O desfecho destas discussões foi uma carta enviada a todos os ministérios e à FUNAI Brasília. Esta, por sua vez, não concedeu nenhuma autorização para continuidade das atividades e forçou a coordenação nacional do Programa Luz para Todos cancelar a aprovação prévia dos anteprojetos, condicionando ao aguardo de um posicionamento político do Congresso para que aprove uma lei específica regulamentando o complexo artigo 231 da CF e autorize o empreendimento. Em outras palavras: inviável a execução desta obra. Enquanto isso os municípios de Pacaraima e Uiramutã foram os únicos a ficarem excluídos, por enquanto, de qualquer ação do Programa Luz para Todos.

Por fim, cabe-me como interessado nesse desfecho acompanhar a continuidade das negociações e contribuir com a crítica do processo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHIAS, Renato. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). *in*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e HOFFMANN, Maria Barroso (orgs.) **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: base para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p. 49-86.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Atlas 1996.

Conselho Indígena de Roraima (CIR) & Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), **Roraima: Energia e Alternativas para o Futuro**, São Paulo: Editora Peres Ltda, 1993.

_____. Relatório da Quadragésima Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima. Comunidade do Barro, Pacaraima: em 11 a 16/03/2011.

GLUCKMAM, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *in*: FELDMAM-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987, pág. 227-344.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – MME. Portaria nº 60, de 12 de fevereiro de 2009.

Instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/Portaria_n_060-2009.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

OLIVEIRA. João Pacheco de, Apresentação in: ALMEIDA. Rubem Ferreira Thomaz. **Do desenvolvimento Comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Nandeva como experiência antropologia.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

REPETTO, Maxim. Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, La línea de transmisión eléctrica Venezuela-Brasil. In: Oliveira, Roberto Cardoso de & Baines, Stephen Grant. (Orgs.) **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras.** Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2005, p. 205-238.

_____. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

RIBEIRO. Gustavo Lins, **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia / Utopia do Desenvolvimento.** Série Antropologia 123, Brasília, UnB, 1992.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) in: SOUZALIMA, Antonio Carlos de e HOFFMANN, Maria Barroso (orgs.) **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: base para uma nova política indigenista.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

